

BALANÇO PATRIMONIAL

ENCERRADO EM 31.12.2008

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

(em milhares de reais)

ATIVO

	<u>NOTAS</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>		<u>32.935</u>	<u>50.440</u>
Disponibilidades		147	961
Títulos e Valores Mobiliários	(04)	1.006	1.320
Contas a Receber de Clientes	(04 e 15)	8.626	21.045
Estoques	(05 e 15)	19.025	20.973
Impostos a Recuperar		1.483	2.960
Adiantamentos Operacionais		1.428	2.268
Outras Contas		-	3
Despesas Pagas Antecipadamente		1.220	910
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>		<u>139.977</u>	<u>100.028</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Impostos a Recuperar		13.765	12.734
Créditos Tributários Pendentes de Execução Judicial	(06)	102.085	48.622
Tributos sobre Ativos Fiscais Diferidos	(07)	-	12.144
PERMANENTE			
Investimentos		55	55
Imobilizado	(08 e 15)	23.489	25.959
Intangível	(08)	583	514
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>172.912</u>	<u>150.468</u>

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

(em milhares de reais)

PASSIVO

	<u>NOTAS</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>		<u>149.939</u>	<u>110.007</u>
Instituições Financeiras	(11)	32.655	27.952
Empréstimos e Financiamentos		28.413	23.090
ACC/Pré-Pagamento		4.242	4.862
Debêntures Conversíveis	(12)	3.161	948
Fornecedores	(11)	30.272	22.977
Obrigações Sociais e Tributárias	(09)	70.542	47.318
REFIS Estadual	(10)	-	982
REFIS Federal	(10 e 15)	10.042	8.680
Outras Contas		3.267	1.150
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>		<u>82.531</u>	<u>72.402</u>
Instituições Financeiras	(11)	5.448	6.983
Empréstimos e Financiamentos		3.505	4.392
ACC/Pré-Pagamento		1.943	2.591
Debêntures Conversíveis	(12)	-	1.989
Fornecedores	(06-a e 11)	52.826	34.534
Obrigações Sociais e Tributárias	(09)	2.289	4.578
Provisões e Contingências	(13)	406	2.966
(-) Depósitos Judiciais		(406)	(2.966)
REFIS Estadual	(10)	-	1.642
REFIS Federal	(10 e 15)	21.409	22.062
Tributos sobre Reavaliação	(17)	559	614
<u>PASSIVO A DESCOBERTO</u>		<u>(59.558)</u>	<u>(31.941)</u>
Capital Social	(16)	32.805	32.805
Reservas de Reavaliação	(17)	3.202	3.376
Prejuízos Acumulados		(95.565)	(68.122)
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>172.912</u>	<u>150.468</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

(em milhares de reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	172.822	160.218
Vendas de Produtos no País	13 8.230	121.171
Vendas de Produtos no Exterior	34.592	39.047
Deduções das Vendas	(31.298)	(26.963)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	141.524	133.255
Custo dos Produtos Vendidos	(114.796)	(104.654)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	26.728	28.601
Despesas/Receitas Operacionais	(39.379)	(42.849)
Remuneração dos Administradores	(600)	(560)
Despesas Comerciais	(20.645)	(20.028)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.008)	(4.666)
Despesas Financeiras	(32.702)	(22.002)
Receitas Financeiras	19.518	3.822
Outros Resultados Operacionais	58	585
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	(12.651)	(14.248)
Resultado não Operacional	-	(595)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(12.651)	(14.843)
Prejuízo por ação	(2,63015)	(3,08586)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO

-
(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL (Nota 16)	RESERVAS DE REAValiaÇÃO (Nota 17)	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PASSIVO A DESCOBERTO
Saldos em 1º de Janeiro de 2007	32.805	3.548	(52.111)	(15.758)
Realização Reserva de Reavaliação	-	(227)	227	-
Reversão de Tributos s/ Reserva de Reavaliação	-	55	-	55
Reversão de Tributos Diferidos não Realizados	-	-	(1.395)	(1.395)
Prejuízo do Exercício	-	-	(14.843)	(14.843)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	32.805	3.376	(68.122)	(31.941)
Realização Reserva de Reavaliação	-	(229)	229	-
Reversão de Tributos s/ Reserva de Reavaliação	-	55	-	55
Reversão de Tributos Diferidos não Realizados	-	-	(12.144)	(12.144)
Ajustes - Lei nr. 11.638/07	-	-	(2.877)	(2.877)
Prejuízo do Exercício	-	-	(12.651)	(12.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	32.805	3.202	(95.565)	(59.558)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(em milhares de reais)

<u>ORIGENS DE RECURSOS</u>	<u>3.710</u>
DE TERCEIROS:	
Aumento do Passivo não Circulante	3.710
<u>APLICAÇÕES DE RECURSOS</u>	<u>15.581</u>
DAS OPERAÇÕES:	
Resultado do Exercício	14.843
Itens que não afetam o Capital Circulante:	
Depreciações e Amortizações	(3.134)
Baixa do Ativo Permanente	(1.261)
Reversão de Tributos sobre Reservas de Reavaliação	(55)
Reversão de Tributos Diferidos não Realizados	1.395
Adições ao Ativo Permanente	
No Imobilizado	1.365
No Intangível	372
Aumento do Realizável a Longo Prazo	2.056
<u>REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</u>	<u>(11.871)</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE

No Início do Exercício	48.621
No Final do Exercício	<u>50.440</u>
Varição	1.819

PASSIVO CIRCULANTE

No Início do Exercício	96.317
No Final do Exercício	<u>110.007</u>
Varição	(13.690)

REDUÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO

(11.871)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Prejuízo do Exercício (12.651)

Ajuste por:

Depreciações e Amortizações	3.227
Baixa Residual de Bens do Ativo Permanente	487
Provisão para Devedores Duvidosos	338
Variações Cambiais Líquidas	751
Variações Monetárias Líquidas	(781)
Juros e Correção Monetária Apropriados pelo Regime de Competência	7.182

Variação dos Ativos e Passivos

Redução nas Contas a Receber de Clientes	12.419
Redução nos Estoques	1.948
Redução em Títulos e Valores Mobiliários	314
Aumento em Outras Contas a Receber	(26.352)
Aumento em Fornecedores	25.587
Aumento nas Obrigações Sociais, Trabalhistas e Tributárias	18.965
Aumento em Outras Contas a Pagar	2.341

CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 33.775

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Recebimento pela Venda de Ativos Imobilizados	609
Aquisição de Ativos Imobilizados	(3.239)

CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (2.630)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Captação de Empréstimos	108.696
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(140.655)

CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (31.959)

REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (814)

SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 961

SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 147

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(em milhares de reais)

RECEITAS	167.997
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	167.720
Outras Receitas	616
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(339)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(112.515)
Custos das Vendas, Produtos e Serviços	(65.106)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(47.409)
<u>VALOR ADICIONADO BRUTO</u>	<u>55.482</u>
RETENÇÕES	(3.227)
Depreciações e Amortizações	(3.227)
<u>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</u>	<u>52.255</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.518
Receitas Financeiras	19.518
<u>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</u>	<u>71.773</u>
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</u>	<u>71.773</u>
Empregados	30.505
Salários e Encargos	25.905
Benefícios	2.598
FGTS	2.002
Tributos	19.174
Federais	13.121
Estaduais	6.053
Juros e Aluguéis	34.745
Juros	32.702
Aluguéis	72
Outras	1.971
Remuneração de Capital Próprio	(12.651)
Prejuízo do Exercício	(12.651)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, com sede em Brusque-SC e unidade industrial em Canelinha – SC, foi fundada em 1898 e tem como objetivo a produção e comercialização de artigos relacionados à área de banho, cama e mesa.

02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia está adotando pela primeira vez no exercício de 2008, a Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08, e optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008, que é o ponto de partida (data de transição) da contabilidade de acordo com a legislação societária, modificada pela Lei nº 11.638/07, e pela Medida Provisória nº 449/08.

As modificações introduzidas por referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. As principais alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da Medida Provisória nº 449/08, para a elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, são:

- a) substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa;
- b) inclusão da Demonstração do Valor Adicionado;
- c) criação do subgrupo “Intangível”;
- d) obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido (teste de recuperabilidade - *impairment*);
- e) introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- f) eliminação da reserva de reavaliação de ativos;
- g) mudança nos critérios para classificação e avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos;
- h) criação da rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, para registro dos ajustes provenientes da nova metodologia de avaliação patrimonial;
- i) reconhecimento contábil como ativo imobilizado, dos direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens;
- j) eliminação da apresentação do título de resultado não operacional na demonstração do resultado.

As novas práticas contábeis não produziram efeitos relevantes no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

A Medida Provisória 449/08 instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT), que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e arts. 36 e 37 dessa Medida Provisória, e facultou a sua adoção para o biênio 2008-2009, sendo vedada a sua adoção em um único ano fiscal. A Administração decidiu aderir ao RTT, e a opção será formalizada quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais 2009 (Ano-base 2008), conforme determina a MP 449. Como consequência desta opção, para o biênio 2008-2009, o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes sobre o Lucro Real, bem como as contribuições PIS e COFINS foram e serão apurados em conformidade com as regras fiscais vigentes em 31 de dezembro de 2007. A pretendida neutralidade tributária introduzida pela MP 449, não produziu efeitos relevantes para a Companhia durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

Consoante ao Pronunciamento CPC nº 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e à Medida Provisória nº 449/08, a Companhia não reapresentou os dados comparativos (do exercício social anterior) como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso. Assim, os valores apresentados para fins de comparação são os mesmos publicados no ano anterior, observando as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2007, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 incluindo suas posteriores alterações), normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pronunciamentos técnicos do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON e procedimentos e normas determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Conforme previsto no art. 7º da Lei nº 11.638/07, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado estão sendo divulgadas sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior.

03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

b) Ativo Circulante

- **Instrumentos financeiros**

As aplicações em instrumentos financeiros e em direitos e títulos de créditos são registrados pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior.

- **Provisão para Devedores Duvidosos**

É constituída sobre todos os créditos que envolvem riscos e em montante suficiente para cobertura de possíveis perdas.

- **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperáveis, e não superam os preços de mercado, ou custo de reposição.

- **Outros Direitos**

Os demais ativos realizáveis no curso do exercício social subsequente são apresentados pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.

c) Ativo Não Circulante

- **Realizável a Longo Prazo**

Os ativos realizáveis após o término do exercício seguinte, são apresentados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, ajustados a valor presente, quando aplicável, e ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior.

- **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a estimativa de vida útil de cada bem.

Em observância ao princípio da primazia da essência sobre a forma, a partir de 1º de janeiro de 2008, os bens de propriedade de terceiros, sobre os quais, o controle, os riscos e os benefícios foram transferidos para a Companhia, passaram a ser escriturados em contas específicas deste grupo, submetendo-se aos mesmos critérios de avaliação dos demais ativos imobilizados.

Conforme facultou o Pronunciamento CPC nº 13 – Adoção Inicial, a Companhia efetuará a primeira análise periódica dos critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, até o término do exercício que se iniciar em janeiro de 2009.

d) Passivo Circulante

O passivo circulante está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro rata die”.

e) Passivo Não Circulante

Os passivos não circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro rata die”, e quando aplicável, ajustados a valor presente.

f) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro destas estimativas. Ativos e Passivos significativos, apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes à definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências ativas e passivas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as quando aplicável.

04 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras classificadas na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários", referem-se a títulos de alta liquidez, não sujeitos a riscos significativos de mudança de valor. Parte expressiva do saldo está atrelada ao vencimento de operações de crédito. Em face do vínculo com as operações de crédito, a Administração da Companhia não prevê o resgate dos valores antes dos seus vencimentos. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo é de R\$ 1.006 (R\$ 1.320 em 31 de dezembro de 2007).

b) Contas a Receber de Clientes

Os saldos das Contas a Receber de Clientes, em 31 de dezembro, estão assim representados:

DESCRIÇÃO	2008	2007
Clientes no País	24.961	33.149
Clientes no Exterior	9.400	8.797
Provisão para Devedores Duvidosos	(685)	(376)
Duplicatas Descontadas	(22.607)	(16.190)
Cambiais Negociadas (Exportação)	(2.443)	(4.335)
TOTAL	8.626	21.045

05 - ESTOQUES

DESCRIÇÃO	2008	2007
Produtos Acabados	7.783	7.731
Matérias-Primas	2.835	4.974
Produtos em Elaboração	7.152	6.956
Outros Estoques	1.255	1.312
TOTAL	19.025	20.973

06 - IMPOSTOS RECUPERÁVEIS DE LONGO PRAZO

a) **Crédito Prêmio de IPI**

A Companhia mantém na Justiça Federal, três processos de ressarcimento do Crédito Prêmio de IPI relativos às exportações do período de 07.12.1979 a 05.10.1990.

O processo denominado FASE I (R\$ 3.670 mil), compreende o período de 07.12.1979 a 31.03.1981 e após o trânsito em julgado, teve seu crédito homologado através de recebíveis em precatórios, com parcelas anuais até o ano de 2011.

O processo denominado FASE II, que compreende o período de 01.04.1981 a 30.04.1985, já teve trânsito em julgado do processo de conhecimento.

A Companhia transferiu o pólo ativo do referido processo em 25.03.2004 e o residual deste processo que cabe a Companhia é de R\$ 1.142 mil.

O processo denominado FASE III (R\$ 102.085 mil), que compreende o período de 01.05.1985 a 05.10.1990, já teve trânsito em julgado do processo de conhecimento. A Companhia interpôs ação de execução de sentença, mas até 31 de dezembro de 2008 não teve desfecho final. Por este motivo a Companhia mantém o crédito destacado no ativo realizável a longo prazo, na conta denominada Créditos Tributários Pendentes de Execução Judicial. Com base em Laudo Técnico emitido em 04 de dezembro de 2008, o saldo foi ajustado considerando a posição mais conservadora, apurada pelo perito, conforme divulgada nesse documento.

Os honorários correspondentes aos processos da FASE I, II e III, R\$ 38.281 mil, estão reconhecidos no passivo não-circulante.

Para equacionar seu passivo previdenciário a Companhia:

- Protocolou Ação Cautelar nº 2003.34.00.019723-5 e Ação Declaratória nº 2004.34.00005886-5, que tramitam na 15ª Vara Federal de Brasília, discutindo o direito da empresa em compensar os créditos de IPI já reconhecidos judicialmente, com débitos existentes junto ao INSS.
- Ingressou com medida cautelar incidental nos autos do processo nº 2004.34.00005886-5, informando o montante de crédito de IPI FASE III e requereu a extensão dos efeitos da liminar para que a empresa possa utilizar estes créditos para pagamentos de débitos previdenciários.

b) **Crédito do PIS Semestralidade**

A Companhia teve transitado em julgado, ação do Crédito do Pis Semestralidade do período de 09.1992 a 05.1995, R\$ 3.431 mil. Já promoveu a habilitação do crédito em 01/12/2005, conforme exigido pela IN/SRF 517/05 e 600/05, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. O referido crédito está sendo compensado com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

07 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os créditos tributários apurados conforme o pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM nº 273 de 20.08.1998, e Instrução CVM nº 371 de 27.06.2002, foram totalmente revertidos no ano de 2008, tendo em vista que a revisão anual do estudo técnico de viabilidade econômica, frustrou a expectativa de geração de lucro tributável capaz de amortizar o montante registrado no balanço, em relação aos próximos 4 anos, prazo limite para a manutenção do crédito, estabelecido quando da constituição dos mesmos.

08 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Custo Corrigido

DESCRIÇÃO	SALDOS 31/12/2007	AQUISIÇÕES	BAIXAS	SALDOS 31/12/2008
Terrenos	2.941	-	-	2.941
Edifícios ***	15.714	4.646	-	20.360
Instalações Industriais	3.705	170	-	3.875
Móveis e Utensílios	3.028	132	(7)	3.153
Máquinas	49.273	1.236	(31)	50.478
Veículos	357	34	(36)	355
Direitos de Uso (Intangível)	1.668	233	-	1.901
Marcas e Patentes (Intangível)	18	5	(5)	18
Reflorestamento	7.609	745	(1.082)	7.272
Equipamentos de Informática	470	107	(3)	574
Imobilizações em Andamento	1.674	336	(1.071)	939
TOTAL	86.457	7.644	(2.235)	91.866

b) Depreciações e Amortizações

DESCRIÇÃO	DEPREC. ANUAL	SALDO 31/12/2007	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO 31/12/2008
Edifícios ***	4%	10.916	5.079	-	15.995
Instalações Industriais	10%	3.661	18	-	3.679
Móveis e Utensílios	10%	2.548	141	(6)	2.683
Máquinas	10%	41.180	2.344	(32)	43.492
Veículos	20%	299	22	(25)	296
Direitos de Uso (Intangível)	20%	1.172	164	-	1.336
Equipamentos de Informática	20%	208	105	-	313
TOTAL		59.984	7.873	(63)	67.794

*** O valor de R\$ 4.646, informado na coluna aquisições, no quadro da letra "a" e também incluído nas adições, no quadro da letra "b", corresponde ao ajuste requerido pelo Pronunciamento CPC nº 13, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, em relação aos contratos de arrendamento mercantil classificados como financeiro. O bem em questão foi arrendado na modalidade *Leasing-Back*, para o qual

considerou-se 100% depreciado na data de transição das novas práticas contábeis. Por esse motivo, o ajuste não produziu efeitos no resultado do exercício.

09 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
ICMS	3.576	-	3.576
INSS	53.082	-	53.082
FGTS	464	-	464
Salário Educação	6.100	-	6.100
SENAI	719	-	719
SENAI Parcelamento	165	316	481
SESI	1.078	-	1.078
SESI Parcelamento	253	485	738
ICMS - DECR 1.669 ART. 21	744	-	744
ICMS Parc MP 146/2008	215	1.488	1.703
Salários	1.080	-	1.080
Provisão p/Férias	2.262	-	2.262
Outras Obrigações	804	-	804
TOTAL	70.542	2.289	72.831

Ver comentários na nota explicativa nº 06, quanto ao saldo devedor junto ao INSS.

10 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS - INSTRUÇÃO CVM Nº 346 DE 29.09.2000

A Companhia reconheceu R\$ 1.108 mil, no resultado de 2008, como atualização monetária do referido programa. Para amortização do saldo, procedeu o pagamento de R\$ 399 mil.

Com base em projeções futuras estima-se que a amortização dessas obrigações ocorrerá num prazo de 17 anos.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo do Refis Federal é de R\$ 31.451 mil, sendo R\$ 10.042 registrado no passivo circulante, e R\$ 21.409 no passivo não-circulante.

Os débitos que estavam abrangidos no Refis Estadual, visto o advento da MP 146/08, foram migrados para parcelamento disponibilizado em 60 meses (débito citado N.E.nº 09).

11 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	TAXA	GARANTIA
ACC/Pré Pgto	4.242	1.943	6.185	8,48% a.a.+VC	Bens/Aval
Capital de Giro	28.413	3.505	31.918	26,15% a.a.	Dupl/Aval
Forn.Nacional	29.073	52.826	81.899	CDI + IPCA-E	Aval
Forn.Estrangeiro	1.199	-	1.199	7,00% a.a.+V.C.	Bens/Aval
TOTAL	62.927	58.274	121.201		

12 - DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS

Quando da realização da 10ª Assembléia de debenturistas em 27.08.2004, a Companhia informou que o valor nominal unitário das debêntures, acrescido de juros remuneratórios em 30.06.1999 era de R\$ 17.333,33, sendo tal valor unitário dividido em 4 parcelas:

- A) R\$ 666,67
- B) R\$ 4.444,44
- C) R\$ 4.444,44
- D) R\$ 7.777,78

Nesta mesma assembléia, os debenturistas deliberaram:

- 1) Expurgo do índice de atualização monetária do período de 30.06.1999 a 30.06.2004, sendo que neste período as debêntures serão corrigidas pela variação de 12% a.a.;
- 2) Remuneração a partir de 30.06.2004 pela variação acumulada da TJLP;
- 3) Fixação dos vencimentos das parcelas A e B em 5 parcelas anuais e iguais para 30.12.2005, 30.12.2006, 30.12.2007, 30.12.2008 e 30.12.2009.

Os valores que compõem as parcelas C e D integrantes do saldo devedor unitário das debêntures, na hipótese de conversão de tais títulos em ações da Emissora, permanecerão fixos, sem quaisquer correções ou aplicação de juros, outrossim, na hipótese de não serem objeto de conversão sofrerão desde 30.06.1999 os mesmos critérios de correção aplicado as parcelas A e B.

Com a conversão de 10 debêntures em 26/08/2004, de 666 debêntures em 22/12/2004, 01 debênture em 14/03/2005 e 06 debêntures em 25/05/2005, restam 117 debêntures em circulação. Com o pedido de conversão, a Companhia procedeu em 16/11/2004, 30/12/2004, 18/03/2005 e 02/06/2005 o pagamento do prêmio de juros devidos.

As parcelas vencidas em 30/12/2005, 30/12/2006, 30/12/2007, e 30/12/2008, ainda pendentes de pagamento, foram atualizadas até a data de 31.12.2008 pela TJLP e acrescidas de juros de mora de 1% a.m.

13 - PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

Provisões e Contingências Passivas

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A situação em 31 de dezembro de 2008 dos processos em curso, classificados por risco de perdas é a seguinte:

NATUREZA	PROVÁVEL	POSSÍVEL	REMOTO
Tributária	406	13.218	-
Trabalhista	-	347	27
Civil	-	248	245
TOTAL	406	13.813	272

14 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil foram classificados pela Administração da Companhia, em operacional e financeiro, após análise de cada contrato, observando a deliberação CVM nº 560/08 de 11 de dezembro de 2008, especialmente quanto à essência da transação. O tratamento contábil adotado pela Companhia é o estabelecido nessa Deliberação. Os seguintes contratos estão em vigor, em 31 de dezembro de 2008:

MODALIDADE	INSTITUIÇÃO	CP	LP	TOTAL	TAXA	VENCTO.
Operacional	Petrobrás/Stemac	957	6.221	7.178	IGPM+INPC	06/2015
Financeiro	Banco Nacional S/A	394	1.412	1.806	TR+6% a.a.	03/2014
TOTAL		1.351	7.633	8.984		

15 - ÔNUS E GARANTIAS

A Companhia possui R\$ 3.607 mil de seu Ativo Imobilizado, R\$ 1.096 mil de seu Contas a Receber e R\$ 5.063 mil de seus Estoques, alienados em garantia nas operações de captação de recursos, parcelamentos de impostos e contribuições (Refis Federal) e aquisição de equipamentos à automação do parque fabril.

16 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Subscrito em 31.12.2008 é de R\$ 32.805 mil, composto por 4.809.768 ações escriturais, sendo 1.603.255 ordinárias e 3.206.513 preferenciais, todas sem valor nominal.

17 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração da Companhia decidiu por manter a reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido, sendo que a sua realização ocorrerá pelas depreciações, vendas ou baixas dos respectivos ativos.

No exercício foi realizado, por depreciação, o valor de R\$ 229 mil contabilizado diretamente na conta prejuízos acumulados. Os encargos tributários, no valor de R\$ 559 mil, estão contabilizados no passivo não-circulante.

18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Não foram constituídas provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, tendo em vista que a Companhia apresentou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

19 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas, que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros (Informação não auditada). O valor segurado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 67.700 mil.

20 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Pronunciamento Técnico CPC 14, aprovado pela Deliberação CVM nº 566 de 17 de dezembro de 2008, que trata do reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros, determinou às Companhias que divulguem em notas explicativas às demonstrações contábeis, informações quantitativas e qualitativas mínimas referentes aos instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo ou em derivativos no exercício social de 2008, tais como os transacionados no mercado futuro, a termo, de opções e de *swap*, ou quaisquer outras modalidades de instrumentos financeiros que dependam do preço de outros ativos, e que representem risco de perda para a Companhia.

Eventuais operações com instrumentos financeiros não derivativos foram registrados na contabilidade da Companhia, e não apresentam valores de mercado conhecidos ou estimáveis divergentes daqueles reconhecidos nas demonstrações contábeis. Assim, nenhuma divulgação específica, nos termos da Instrução CVM nº 235/95, é aplicável para estas demonstrações.

Política de gestão de riscos financeiros

- a) **Risco de taxas de câmbio** – A Companhia administra os riscos de mercado através de “hedges” naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio;
- b) **Risco de crédito** – A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões de crédito, adotando, quando necessário, procedimentos rigorosos que inclui o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V. Sas. o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Cenário Econômico

Com a valorização da moeda nacional e a entrada de recursos externos durante o 1º Semestre de 2008, a economia do Brasil teve durante os primeiros 9 meses de 2008, uma forte expansão e crescimento.

A partir do 4º trimestre de 2008, o Brasil começa a sentir os efeitos da crise econômica global, iniciada nos Estados Unidos. A queda de demanda, a piora dos indicadores econômicos e o impacto da disponibilidade de crédito, impuseram restrições às atividades e crescimento esperados, apesar da desaceleração já vivenciada e esperada das economias mundiais. O mercado doméstico demonstrou índices de crescimento, porém taxas bem menores às vivenciadas nos últimos anos.

Apesar de o Brasil estar menos vulnerável, as empresas poderiam estar mais fortalecidas em situações como estas, pois o governo inibiu os investimentos através da política de juros e do sistema tributário. Com isso, restará às empresas produzir menos.

Produção, Vendas e Estoques

O volume de produção no ano de 2008 foi 1,2% maior em comparação ao ano de 2007.

O volume de vendas físicas no ano de 2008, em comparação ao ano de 2007, foi 8,5% maior. As vendas físicas destinadas ao mercado externo, que no ano de 2007 representaram 36,8%, no ano de 2008 representaram 28,9%. Esta redução decorreu da adoção de medidas estratégicas relacionadas à rentabilidade das receitas direcionadas para este mercado, principalmente, em função da recorrente valorização da moeda corrente nacional, que perdurou até setembro do corrente ano.

Com a redução, a partir de maio/2008, do volume de vendas para o mercado externo, a Companhia envidou esforços no sentido de migrar parcialmente tal volume ao mercado doméstico.

No mercado interno, foi mantida a política de preços e de produtos com maior valor agregado, exclusivos e licenciados.

O nível de estoques está ajustado à expectativa projetada pela Companhia, de produção e faturamento, fundamentada nas projeções de uma demanda mais restrita para o 1º Semestre de 2009, visando a adequação do fluxo de caixa e a maximização do uso do parque fabril.

Recursos Humanos

A Companhia mantém os incentivos para a qualificação profissional e o desenvolvimento dos seus colaboradores, visando formar um capital humano diferenciado e competitivo. Os investimentos na área social, em desenvolvimento pessoal e profissional no ano de 2008, importaram R\$ 2.598 mil, através de auxílios em bolsa de estudos para cursos técnicos, superior e pós-graduação, Supletivos Iº e IIº graus e programas de alimentação, transporte de pessoal e assistência médico-social. Além destes programas de incentivo escolar e benefícios, a Companhia investiu em treinamentos direcionados para seu modelo de gestão e aplicou 4,46 horas de treinamento per capita/mês.

Encerramos o exercício com 1.479 colaboradores, contra 1.425 colaboradores em 31 de dezembro de 2007.

Investimentos

A Companhia, em função das elevadas taxas de juros e da restrição de linhas de crédito, vem efetuando investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos no ano de 2008 importaram R\$ 2.998 mil. Para o ano de 2009, não há previsão de investimentos relevantes.

Resultados e Perspectivas

Durante o ano de 2008, a Companhia buscou melhorar a performance dos resultados com os negócios no mercado externo, readequando volumes e política de preços, e fortalecer as estratégias comerciais no mercado interno, com produtos de valor agregado, foco nas necessidades do mercado e desenvolvimento constante da linha de produtos.

Em função da valorização do real e desaceleração da economia mundial, a partir de maio/2008, os volumes destinados ao mercado externo foram reduzidos e redirecionados ao mercado interno, visando manter o ponto de equilíbrio do negócio.

Apesar de a Companhia ter obtido Receita Operacional Líquida 6,2% superior ao ano de 2007, a forte dependência de capital de terceiros, as taxas elevadas de juros e a impositiva carga tributária e trabalhista que onera o processo industrial, dissiparam toda geração de rentabilidade da atividade. O prejuízo líquido do ano de 2008 foi de R\$ 12.651 mil, contra R\$ 14.843 mil do ano de 2007.

A Companhia continuará o processo de maximização da rentabilidade da atividade da empresa, que proporcionará as condições para manutenção das obrigações assumidas; porém, o cenário recessivo e restritivo, imposto pela crise financeira mundial, deverá dificultar o desempenho da atividade.

A Companhia manterá constante a busca pela redução de custos e despesas, fator imprescindível para a manutenção dos negócios, pois o repasse de preços mostra-se impraticável nas atuais condições de mercado e todo foco estará direcionado a uma boa gestão e aproveitamento das oportunidades que se abrem.

Com a desaceleração da economia mundial, os volumes de vendas para o mercado externo devem sofrer alguma redução, apesar da recente desvalorização do real, pois muitos negócios deixaram de ser firmados desde o início da política de valorização da moeda nacional adotada pelo governo. Para o 1º Semestre de 2009, vislumbra-se uma redução dos volumes totais, em comparação ao mesmo período do ano anterior, pois a Companhia está inserida em um contexto onde a redução de crédito e juros elevados, restringem e inibem o consumo.

A Administração da Companhia está buscando alongar seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, para que, com a recuperação do resultado da atividade, propicie um processo de mudança do perfil de endividamento bancário, reduzindo seu elevado custo financeiro que dissipa a geração de recursos da Companhia.

Em relação ao passivo fiscal e tributário, a Companhia, conforme ação descrita na Nota Explicativa nº 06 de Impostos a Recuperar de Longo Prazo, também acredita estar equacionando suas obrigações fiscais e tributárias de curto e médio prazos.

No cenário macroeconômico estamos sob efeitos da crise internacional; Após o sistema financeiro iniciar um processo de organização, regulamentação e concentração, que reduziu a capacidade de financiar as economias mundiais, é grande o grau de incerteza quanto ao desempenho global das mesmas, principalmente quanto a recessão e prazo de recuperação das economias americana, asiática e europeia, pois as dificuldades de crédito deverão continuar, desacelerando o crescimento.

Apesar de o Brasil estar mais fortalecido em relação às crises mundiais, através do volume de reservas cambiais, inflação sob controle e bons indicadores de economia, as autoridades econômicas precisarão adotar novas políticas, pois os reflexos da crise se acentuam: redução do crédito e taxas de juros distorcidas à necessidade efetiva e redução dos prazos. As ações feitas até o momento, não conseguiram beneficiar as empresas, em especial as têxteis, que foram duramente penalizadas pela política cambial até então vivenciada, cujo reflexo principal é demonstrado pelo elevado passivo financeiro e tributário. Em outros países, já foram tomadas medidas consistentes para proteção desse segmento, que é um dos maiores empregadores de mão-de-obra.

Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que nossos Auditores Independentes, Selecta Auditores Independentes S.S., somente prestaram serviços de auditoria das demonstrações contábeis no exercício de 2008.

Agradecimentos

Por tudo que compartilhamos, agradecemos o apoio e a confiança que recebemos dos nossos Acionistas, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras, bem como o valioso e essencial empenho de nossos colaboradores, para o alcance de nossos objetivos.

Brusque (SC), Fevereiro de 2009

A ADMINISTRAÇÃO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas da

BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Brusque - SC

1. Examinamos o balanço patrimonial da **BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (passivo a descoberto), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e das origens e aplicações de recursos desse exercício, conforme parecer emitido em 25 de janeiro de 2008, contendo parágrafos de ênfase sobre a manutenção no ativo, de créditos tributários de imposto de renda e sobre os assuntos de que tratam os parágrafos 6, 7 e 8. Conforme mencionado na nota explicativa 02, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº

- 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
5. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, não estão sendo apresentadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, conforme permitido pela Lei nº 11.638/07 e CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07.
 6. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 06, a Companhia possui débitos previdenciários, e para a sua regularização está pleiteando judicialmente o direito de compensá-los com crédito-prêmio de IPI. Na hipótese de eventual indeferimento deste pedido, ficará comprometida a sua permanência no REFIS/PAES, acarretando uma mudança considerável no seu perfil de endividamento.
 7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia responde por vários processos de natureza trabalhista, cível e tributária. Os processos em questão, que representam um risco possível, totalizam R\$ 13.813 mil, e as demonstrações contábeis da Companhia não incluem provisão para fazer face a eventuais efeitos decorrentes do desfecho desfavorável destas ações.
 8. A Companhia vem apurando resultados negativos nos últimos exercícios, apresentando em 31 de dezembro de 2008 prejuízos acumulados no montante de R\$ 95.565 mil (R\$ 68.122 mil em 31 de dezembro de 2007), capital de giro negativo de R\$ 117.004 mil (R\$ 59.567 mil em 31 de dezembro de 2007) e passivo a descoberto de R\$ 59.558 mil (R\$ 31.941 mil em 31 de dezembro de 2007). A tendência negativa destes indicadores, aliada ao eventual indeferimento do pedido de compensação de débitos previdenciários com crédito-prêmio do IPI, de que trata o parágrafo 6, retro, podem comprometer a continuidade normal das atividades da Companhia. As informações contidas nas demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores ativos ou quanto aos valores e a classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Brusque (SC), 23 de janeiro de 2009

NATÓLIO DE SOUZA

Contador CRC(SC) nº 008.359/O-8